

ANÚNCIO

Lei 280/2007 de 7.Agosto – Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, Artº 43º e nº 1 do Artº 35º

1. – Para a reinstalação de Serviços Públicos, o Estado pretende arrendar novas instalações para a Alfândega do Freixieiro, com as seguintes condições de área e acesso:
 - a. Localização – concelho de Matosinhos, próximo ou de fácil acesso às vias de comunicação rodoviária principais
 - b. Acessibilidade - piso térreo, fácil acesso directo à via pública e no cumprimento do DL 163/2006
 - c. Áreas
 - útil coberta de escritórios, de 1.175 m² ; em compartimento(s) de formato regular, sem obstáculos, com o pé direito útil mínimo de 2,70 m e sobrecarga de pav. adequada p/ serviços; partes de arquivo, cerca 150 m² com sobrecarga adequada poderão ser em piso diferente desde que com fácil acessibilidade; compartimentação existente ou possível p/ 20 gabinetes e parte restante em open-space ; iluminação natural distribuída p/ conjunto da área disponível
 - útil coberta de armazém, de 300 m² ; pé-direito útil mínimo de 2,70 m; acessibilidade directa para cargas / descargas a partir da área de estacionamento ; ventilação natural ; não tem que se localizar imediatamente próxima aos escritórios.
 - exterior ; estacionamento veículos ligeiros de serviço – 8 a 10 lugares; estacionamento próximo para manobra e aparcamento de camiões TIR para o exercício das atividades aduaneiras de controlo, espaço próximo e visível desde os escritórios ; facilidades de estacionamento para público utente e funcionários.
2. – As candidaturas deverão ser constituídas por:
 - a. Proposta, com a identificação do proprietário, endereço postal e outras formas de contacto
 - b. Valor da renda mensal
 - c. Identificação completa do prédio proposto
 - d. Planta de localização e projecto de arquitectura, à escala (bases a 1:100), com indicação explícita de áreas a arrendar
 - e. Projecto de estabilidade, particularmente informação sobre sobrecarga de pavimento em projecto (escritórios e possível localização de arquivos)
3. – As respostas deverão ser endereçadas para:

Autoridade Tributária e Aduaneira
Direcção de Serviços de Instalações
Av. João XXI, 76, 10º 1049-065 LISBOA

4. – A entrega das propostas deverá ser feita até às 24H00 do 10º dia contado a partir da última data de publicação do anúncio no site da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira (Portal das Finanças), independentemente da publicação no Portal DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, do seguinte modo:
- a. A proposta, valor da renda mensal e identificação completa do prédio, e a listagem de documentos, plantas e outros que irá remeter por outra via, como disposto no nº 2 - a, b e c, por mail, simultaneamente para os endereços dsie@at.gov.pt e dsie-dpep@at.gov.pt
 - b. As Plantas e Projecto como disposto no nº 2 – d, e e, entregues em mão ou por correio, com entrada na morada referida em 3, até às 17H00 do 13º dia contado a partir da última data de publicação do anúncio nos jornais diários impressos.
 - c. Poderá entregar a totalidade da documentação da candidatura, em mão ou por correio, desde que toda ela dê entrada na morada referida em 3, até às 17H00 do 10º dia contado a partir da última data de publicação do anúncio nos jornais impressos

O Subdiretor Geral
Área de Recursos Financeiros e Patrimoniais,

(Nelson Roda Inácio)